



SUMÁRIO

PARTE I

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Capítulo 1

CABIMENTO	25
1.1. Introdução.....	25
1.2. Rol legal de decisões interlocutórias recorríveis por agravo de instrumento	29
1.2.1. Introdução.....	29
1.2.2. Critério de interpretação – tratamento isonômico das partes.....	29
1.2.3. Distinção	31
1.2.4. Rol legal consagrado no art. 1.015 do CPC.....	33
1.2.4.1. Decisão interlocutória que versar sobre tutela provisória	33
1.2.4.1.1. O que significa versar sobre tutela provisória	33
1.2.4.1.2. Pronunciamento que posterga decisão sobre concessão de tutela de urgência	37
1.2.4.1.3. Decisão que condiciona a concessão/análise do pedido de tutela de urgência a ato a ser praticado pela parte	41
1.2.4.1.4. Dúvida do juízo quanto à concessão da tutela provisória	43
1.2.4.1.5. Omissão de decisão	44
1.2.5. Decisão interlocutória que versa sobre o mérito do processo	46

1.2.6.	Decisão que versar sobre rejeição da alegação de convenção de arbitragem	50
1.2.7.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	52
1.2.8.	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	56
1.2.9.	Exibição ou posse de documento ou coisa	60
1.2.10.	Exclusão de litisconsorte	64
1.2.11.	Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio	69
1.2.12.	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros	72
1.2.13.	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução	75
1.2.14.	Redistribuição do ônus da prova	76
1.2.15.	Decisões proferidas em procedimentos específicos	79
1.2.15.1.	Cabimento de agravo de instrumento independentemente do conteúdo da decisão interlocutória	79
1.2.15.2.	Interpretação extensiva da regra prevista no art. 1.015, parágrafo único, do CPC	81
1.2.15.2.1.	Introdução	81
1.2.15.2.2.	Razões para a recorribilidade de todas as decisões interlocutórias	82
1.2.15.2.3.	Decisões interlocutórias proferidas após a prolação da sentença	87
1.2.15.2.4.	Decisões proferidas em sede de defesa executiva.....	91
1.2.15.2.5.	Recorribilidade diferida e agravo de instrumento.....	95
1.2.15.2.5.1.	Julgamento antecipado do mérito.....	95
1.2.15.2.6.	Demais procedimentos especiais.....	99
1.3.	Hipóteses de cabimento de agravo de instrumento por previsão específica	106
1.3.1.	Introdução.....	106
1.3.2.	Decisão terminativa que diminui objetivamente a demanda (art. 345, parágrafo único, do CPC).....	107

1.3.3. Decisão que resolve pedido de afastamento de sobrestamento com fundamento na distinção (art. 1.037, § 13, <i>i</i> , do CPC)	113
1.3.4. Previsões específicas em legislação extravagante.....	115
1.3.4.1. Introdução.....	115
1.3.4.2. Processo de recuperação judicial de empresas e falência	116
1.3.4.3. Processo coletivo.....	124
1.3.4.4. Ação de improbidade administrativa.....	132
1.4. Teoria da taxatividade mitigada.....	133
1.4.1. Critério para admitir agravo de instrumento contra decisão interlocutória que não consta do rol legal.....	133
1.4.2. A tese fixada no julgamento do tema 988/STJ.....	136
1.4.3. O caso concreto julgado na formação da tese 988/STJ ...	139
1.4.4. O que deveria ter constado da tese 988	142
1.4.5. Afastamento pontual da preclusão consumativa	147
1.4.6. Casuística	150
1.4.6.1. Cabe ao Superior Tribunal de Justiça definir a aplicação da teoria da taxatividade mitigada ao caso concreto	150
1.4.6.2. Hipóteses de não aplicação da teoria da taxatividade mitigada.....	154
1.4.6.2.1. Decisão interlocutória que versa sobre admissão de produção de prova	154
1.4.6.2.2. Defesas processuais (preliminares).....	159
1.4.6.2.2.1. Decisão interlocutória que rejeita defesa processual alegada pelo réu	159
1.4.6.2.2.2. Defesas processuais peremptórias.....	163
1.4.6.2.2.3. Defesas processuais dilatórias potencialmente peremptórias	165
1.4.6.2.2.4. Defesas processuais dilatórias.....	173
1.4.6.2.3. Decretação de revelia.....	175
1.4.6.2.4. Decisão que aplica multa.....	177
1.5. Mandado de segurança.....	178

Capítulo 2

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	183
2.1. Cabimento.....	183
2.1.1. Introdução.....	183
2.1.2. Despacho ou decisão?.....	184
2.1.2.1. O problema prático da indefinição do conceito de despacho.....	187
2.1.3. Sentença ou decisão interlocutória.....	191
2.1.3.1. Introdução.....	191
2.1.3.2. Fungibilidade recursal.....	192
2.1.4. Decisão interlocutória irrecorrível	199
2.2. Legitimidade recursal.....	201
2.2.1. Introdução.....	201
2.2.2. Partes.....	202
2.2.3. Terceiro prejudicado	202
2.2.3.1. Quem é o terceiro prejudicado?	202
2.2.3.2. Especificamente o agravo de instrumento.....	204
2.2.4. Ministério público	205
2.2.5. Defensoria pública como <i>custos vulnerabilis</i>	206
2.3. Interesse recursal	208
2.3.1. Introdução.....	208
2.3.1.1. Especificamente o agravo de instrumento.....	209
2.4. Inexistência de ato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer	212
2.4.1. Introdução.....	212
2.5. Tempestividade.....	215
2.5.1. Tempestividade.....	215
2.5.1.1. Prazo	215
2.5.1.2. Perigos gerados pelos embargos de declaração	216
2.6. Preparo	219
2.7. Requisitos formais	219

Capítulo 3

EFEITOS.....	221
3.1. Introdução.....	221
3.2. Efeito suspensivo	222
3.2.1. Introdução.....	222
3.2.2. Requerimento expreso.....	223
3.2.3. Risco de grave dano, de difícil ou impossível reparação.....	225
3.2.4. Demonstração de probabilidade de provimento do recurso.....	227
3.2.5. Efeito suspensivo impróprio e tutela da evidência	234
3.2.6. Suspensão dos efeitos da decisão e do processo	236
3.2.7. Efeito suspensivo parcial	239
3.2.8. Efeito suspensivo próprio no agravo de instrumento?.....	240
3.3. Efeito translativo	242
3.3.1. Introdução.....	242
3.3.2. Especificamente no agravo de instrumento	245
3.3.3. Extinção terminativa do processo em julgamento de agravo de instrumento.....	246
3.3.4. Julgamento por prescrição e decadência.....	251
3.3.5. Contraditório.....	252
3.4. Efeito regressivo	254
3.4.1. Introdução.....	254
3.4.2. A inconveniente incompetência do juízo que se retrata da decisão interlocutória proferida em primeiro grau.....	256
3.5. Efeito expansivo.....	258
3.5.1. Introdução.....	258
3.5.2. Efeito expansivo subjetivo.....	259
3.5.2.1. Prejuízo do litisconsorte que não recorreu	259
3.5.2.2. Benefício do litisconsorte que não recorreu	260
3.5.3. Agravo de instrumento interposto contra decisão que resolve questão incidental	262
3.5.4. Efeito expansivo objetivo interno	264
3.5.5. Efeito expansivo objetivo externo.....	266

Capítulo 4

PROCEDIMENTO	269
4.1. Petição de agravo.....	269
4.1.1. Introdução.....	269
4.1.2. Nomes das partes	270
4.1.3. Exposição do fato e do direito.....	274
4.1.4. Razões do pedido de reforma ou de invalidação da decisão.....	274
4.1.5. Pedido de nova decisão.....	279
4.1.6. O nome e o endereço completo dos advogados constantes do processo.....	282
4.1.7. Endereçamento.....	284
4.2. Forma de interposição	285
4.3. Formação do instrumento	288
4.3.1. Introdução.....	288
4.3.2. Autos físicos e eletrônicos	293
4.3.3. Peças obrigatórias	296
4.3.4. Peças facultativas	301
4.3.5. Peças essenciais.....	302
4.3.6. Vício na instrução	304
4.3.7. Comprovante do pagamento do preparo.....	307
4.4. Informação em 1.º grau	310
4.5. Procedimento	314
4.5.1. Distribuição	314
4.5.2. Reconhecimento da incompetência.....	315
4.5.3. Negativa de seguimento liminar	316
4.5.4. Tutela de urgência	318
4.5.5. Intimação do agravado.....	321
4.5.6. Contrarrazões	325
4.5.7. Oitiva do ministério público	326
4.5.8. Julgamento do agravo	327

Capítulo 5

GENERALIDADES	329
5.1. Teoria da causa madura	329
5.1.1. Introdução.....	329
5.1.2. Regra de apelação ou de teoria geral dos recursos?	330
5.1.3. Especificamente o agravo de instrumento	331
5.2. Recurso adesivo	335
5.2.1. Espécies recursais que admitem a forma adesiva.....	335
5.3. Julgamento estendido.....	337
5.3.1. Natureza jurídica	337
5.3.2. Cabimento.....	340
5.3.2.1. Introdução.....	340
5.3.2.2. Votação por maioria de votos.....	340
5.3.2.3. Espécie de decisão interlocutória	342
5.3.2.4. Reforma da decisão recorrida.....	344
5.3.2.5. Crítica	344
5.3.3. Objeto de cognição e decisão a partir da formação do quórum qualificado.....	345
5.3.4. Procedimento.....	350
5.3.4.1. Momento de instauração do julgamento	350
5.3.4.2. Julgamento estendido na própria sessão	352
5.3.4.3. Julgamento estendido em outra sessão.....	358
5.3.4.4. Convocação dos novos julgadores.....	360
5.4. Tutela provisória concedida em agravo de instrumento e superveniência da sentença de improcedência	362
5.5. Agravo de instrumento pendente de julgamento e prolação de sentença	363
5.5.1. Introdução.....	363
5.5.2. Prolação de sentença e interposição da apelação.....	364
5.5.2.1. Decisões interlocutórias em geral.....	364
5.5.2.2. Especificamente a decisão interlocutória que versa sobre tutela provisória	367

5.5.3. Prolação de sentença sem interposição de apelação.....	370
5.6. Sustentação oral.....	375
5.7. Remessa necessária.....	377
5.8. Honorários advocatícios recursais.....	381
5.9. Agravo de instrumento nos juizados especiais	384

PARTE II

AGRAVO INTERNO E AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL

Capítulo 6

AGRAVO INTERNO	391
6.1. Recorribilidade da decisão monocrática	391
6.2. Cabimento.....	393
6.2.1. Cabimento de decisão monocrática.....	393
6.2.2. Cabimento do agravo interno	401
6.2.3. Cabimento contra decisão colegiada?.....	404
6.3. Prazo	405
6.4. Competência.....	406
6.5. Preparo	409
6.6. Efeitos	410
6.6.1. Introdução.....	410
6.6.2. Efeito devolutivo	410
6.6.3. Efeito suspensivo.....	413
6.6.4. Translativo.....	415
6.7. Peça recursal	416
6.8. Procedimento	418
6.8.1. Interposição	418
6.8.2. Inclusão em pauta	419
6.8.3. Juízo de retratação.....	420

6.8.4. Intimação do agravado	422
6.8.5. Julgamento	425
6.8.5.1. Decisão monocrática do relator.....	425
6.8.5.2. Sustentação oral.....	427
6.8.5.3. Julgamento estendido.....	428
6.8.5.4. Julgamento <i>per relationem</i>	430
6.8.5.5. Julgamento conjunto	436
6.9. Abuso do direito de agravar e sanção processual.....	441
6.9.1. Agravamento manifestamente inadmissível e não provido por unanimidade de votos	441
6.9.2. Agravamento interno e esgotamento das vias ordinárias de impugnação.....	448
6.9.3. Multiplicidade de sanções	450
6.10. Teoria da causa madura	453
6.11. Duplicidade de mérito.....	457
6.12. Agravamento interno em decorrência de conversão de embargos de declaração (art. 1.024, § 3.º, do CPC).....	459

Capítulo 7

AGRAVO EM RE E RESP	465
7.1. Cabimento	465
7.1.1. Decisão monocrática que inadmite o recurso especial ou extraordinário.....	465
7.1.2. Decisão objetivamente complexa.....	468
7.1.3. Fungibilidade	471
7.2. Prazo	471
7.3. Efeitos	474
7.3.1. Efeito devolutivo	474
7.3.2. Suspensivo	477
7.3.3. Translativo.....	479
7.4. Juízo de admissibilidade.....	482
7.4.1. Introdução.....	482

7.4.2. Legitimidade recursal.....	482
7.4.3. Interesse recursal	483
7.4.4. Preparo	485
7.5. Procedimento	485
7.5.1. Interposição	485
7.5.2. Contrarrazões	488
7.5.3. Competência para o juízo de admissibilidade	489
7.5.4. Procedimento no tribunal superior.....	490
Referências.....	491